



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0199/15	DATA: 31/03/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 10h01min	TÉRMINO: 11h04min	PÁGINAS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente da Casa, nos termos regimentais, para a eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro (CPI - Sistema Carcerário).

Esclareço que me coube assumir a Presidência dos trabalhos, nos termos do art. 39, §4º, do Regimento Interno.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da reunião de instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Peço a liberação da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - O pedido de V.Exa. é regimental. Está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Processo Eleitoral

Dando início ao processo eleitoral, esclareço aos Srs. Parlamentares as regras que nortearão os trabalhos:

A eleição dos membros da Mesa desta Comissão far-se-á em votação por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão (14 Deputados), conforme determina o art. 7º do Regimento Interno, aplicada a presente situação.

Será eleito, em primeiro escrutínio, o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos dentre o total de votantes e, num eventual segundo escrutínio, será eleito o Deputado que obtiver a maioria simples de votos dentre o total de votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão.

Os votos em branco serão computados apenas para efeito de quórum, nos termos do § 2º do art. 183 do Regimento.

Peço aos Srs. Deputados que permaneçam no recinto até que se conclua a votação.



Esta Presidência informa que considera registradas as seguintes candidaturas, que serão submetidas a votos dos membros desta Comissão:

- para Presidente: Deputado Alberto Fraga;
- para 1º Vice-Presidente: Deputado Laudivio Carvalho;
- para 2º Vice-Presidente: Deputado Rocha;
- para 3º Vice-Presidente: Deputada Raquel Muniz.

Antes de dar início ao processo de votação, peço a atenção dos Srs. Parlamentares para os esclarecimentos de algumas regras importantes no processo de votação eletrônica.

Ao iniciar a votação, os Srs. Deputados deverão dirigir-se à cabine localizada no fundo do plenário, à minha direita.

O Parlamentar deverá digitar o código de sua carteira parlamentar no teclado virtual do monitor da urna. Em seguida, deverá posicionar a sua digital no leitor biométrico que se encontra ao lado do monitor — como se faz para o registro de presença. Neste momento aparecerão na tela as opções de voto, para que faça a sua escolha. Se desejar corrigir, toque na opção “corrige”, e o sistema retornará à tela anterior.

Na urna eletrônica constarão as seguintes opções de voto:

Deputado Alberto Fraga - Presidente; Deputado Laudivio Carvalho- 1º Vice-Presidente; Deputado Rocha - 2º Vice-Presidente; Deputada Raquel Muniz - 3ª Vice-Presidente.

Após fazer a sua escolha, certifique-se do seu voto e clique na opção “confirma”. Uma vez confirmado o voto, ele não poderá ser alterado. Aguarde o aviso sonoro e a mensagem “fim do voto” para assegurar que seu voto foi registrado com sucesso.

Lembro ainda que serão eleitos o Presidente e os Vice-Presidentes que alcançarem, em primeiro escrutínio, maioria absoluta de votos e, num eventual segundo escrutínio, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão.

Informo que, a partir desse momento, novas alterações na composição da Comissão somente serão consideradas após o término da votação.

Peço aos Srs. Parlamentares que aguardem a liberação da urna eletrônica.



Está aberta a votação.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Vou encerrar a votação. *(Risos.)* É a “síndrome do presidente”.

Vamos aguardar mais 5 minutos.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu queria cumprimentar os Deputados Luiz Carlos Busato e Sérgio Brito. A consciência de ambos acabou permitindo esse grande acordo.

Obrigado, Deputado Sérgio Brito.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Peço um favor às pessoas que não estão votando: deixem espaço para os Srs. Deputados passarem.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Vamos votar, vamos votar. Quando for atingido o quórum, eu vou encerrar a votação.

Se iniciar a Ordem do Dia no plenário, ficará impedida a votação aqui.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Luiz Carlos Busato, assumo a presidência dos trabalhos, para que eu possa votar.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Agora eu vou encerrar a votação mesmo. *(Risos.)*

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Mais alguém vai votar?

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Vou encerrar a votação. Mais algum Sr. Parlamentar deseja votar? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Passemos à apuração dos votos no painel eletrônico.

(Processo de apuração.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Resultado da votação: Deputado Alberto Fraga, 20 votos; Deputado Laudívio Carvalho, 20 votos; Deputado Rocha, 20 votos; Deputada Raquel Muniz, 20 votos; 2 votos em branco.

Declaro eleito Presidente o Deputado Alberto Fraga; para a 1ª Vice-Presidência, o Deputado Laudívio Carvalho; para a 2ª Vice-Presidência, o Deputado Rocha; para a 3ª Vice-Presidência, a Deputada Raquel Muniz.

Declaro empossados os eleitos.

Convido o Deputado Alberto Fraga a assumir a Presidência da Comissão.
(Palmas.)

Agradeço a oportunidade de presidir esta reunião de instalação da Comissão.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Convido o Deputado Laudívio Carvalho, o Deputado Rocha e a Deputada Raquel Muniz a tomarem lugar à Mesa e assumirem, respectivamente, a 1ª, a 2ª e a 3ª Vice-Presidências da Comissão.

Bem, senhores, antes de mais nada, eu queria agradecer pela confiança aos companheiros, aos colegas. Queria especialmente agradecer ao Deputado Sérgio Brito, pelo ato de dignidade, de amizade, bem como ao Deputado Luiz Carlos Busato, que evitaram uma “bateção de chapas”. Aqui não há vencido nem vencedor.

Que fique muito claro que houve, infelizmente, por causa dos muitos problemas que o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, enfrenta, um mal-entendido. O Deputado Eduardo tinha assumido o compromisso de nos dar a Presidência desta CPI e, depois — e é natural, porque ninguém consegue guardar tanta coisa na cabeça —, ele também fez compromisso com o Deputado Sérgio Brito. Mas o Deputado Sérgio, diante das evidências, entrou em acordo conosco.

E desde já também declaro que o Relator desta CPI será o Deputado Sérgio Brito. (Palmas.)

Agradeço-lhe, Deputado Sérgio.

O que eu quero dizer aos colegas é que nós teremos muito trabalho pela frente. Recentemente, uma CPI presidida pelo colega Domingos Dutra fez um trabalho muito proveitoso. Não vamos achar que vamos descobrir a pólvora. Não.



Nós vamos, evidentemente, além de dar continuidade, de partir de onde ele parou, buscar outros ângulos com esta CPI.

Nós sabemos que o sistema prisional carece de atenção do Estado hoje. Enganam-se aqueles que acham que nós vamos tratar desse assunto como uma delegacia de polícia, como alguns fazem, porque veem um coronel, veem um major. Não, nós somos Parlamentares. Somos Parlamentares, e a única coisa que nós podemos dizer que temos é uma larga experiência, é vivência. Só isso. Mas não somos melhores do que ninguém, nem tampouco vamos fazer prevalecerem apenas os nossos pontos de vista. Portanto, engana-se aquele que acha que nós vamos transformar isto aqui numa delegacia de polícia, engana-se aquele que acha que nós vamos resolver os problemas do sistema prisional com truculência. Estão redondamente enganados. Nós vamos propor ideias e, se o Governo assim desejar e entender, vamos dar uma resposta ao povo brasileiro.

Não dá mais para suportar o sistema prisional da maneira como ele está. Gasta-se muito, não se recupera ninguém, e a coisa é cíclica. Quer dizer, o cidadão que cometeu um erro na vida, às vezes, entra no presídio e sai pior do que quando entrou, porque não lhe dão a oportunidade de se recuperar na vida, de poder fazer alguma coisa, de aprender algo útil para a sociedade.

Por isso, fica esse aviso. Podem ter certeza de que o trabalho será feito dentro da maior técnica possível, dentro do contexto.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Queria cumprimentar V.Exa. pela posse como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito encarregada de investigar o quadro absurdo do sistema penitenciário brasileiro e, evidentemente, de apontar soluções.

Quero dizer que eu confio na capacidade de trabalho de V.Exa., que é um homem da área de segurança pública, entende muito bem do assunto. E eu tenho certeza de que oferecerá ao Congresso Nacional e ao Brasil uma grande e importante contribuição.



Ao mesmo tempo, quero cumprimentar o Deputado Sérgio Brito, que V.Exa. designa para Relator, que igualmente é competente, comprometido com boas causas e com certeza fará também um excelente trabalho como Relator desta CPI.

Então, o meu abraço, em nome da bancada do Democratas e da bancada oposicionista, pela missão confiada a V.Exa., com a participação de vários colegas importantes da Câmara Federal.

Parabéns e sucesso para V.Exa.! E para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, meu Líder, pela confiança. Tenha certeza de uma coisa: nós jamais vamos decepcionar. Vamos fazer aquilo que tem que ser feito, custe o que custar. Essa sempre foi a nossa visão de política. Eu faço política dessa forma, luto por aquilo em que acredito. Pode ter certeza de que nós, essa equipe, não vamos decepcionar aqueles que nos confiaram o voto.

Portanto, o meu agradecimento, meu Líder.

Vamos dar sequência aos trabalhos, vamos ouvir o nosso Arnaldo Faria de Sá, depois os Deputados Edmilson Rodrigues, Carlos Zarattini e Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, antes de falar, eu queria perguntar à Mesa, a V.Exa. e ao Relator Sérgio Brito, como fica a situação do Deputado Luiz Carlos Busato, porque ele era o Relator designado na composição anterior e permitiu esse grande acordo.

Eu quero saber, primeiro, como fica a situação do Deputado Luiz Carlos Busato e depois quero fazer uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem lembrado.

Eu até quero fazer um agradecimento especial ao Deputado Busato, que teve muita sensibilidade.

Nós vamos criar sub-relatorias. Não vamos decidir isso hoje, mas a dele já está decidida. O Deputado Busato já teve um papel importante na CPI passada. Ele fez esse pedido, e nós vamos atendê-lo, designando para a sub-relatoria da estrutura prisional. É muito importante, é uma área que ele já conhece.

Mais uma vez, obrigado pela sua sensibilidade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, eu queria fazer uma...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A palavra está com o Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria cumprimentar V.Exa., os Vice-Presidentes, o Relator Sérgio Brito e o Sub-Relator Busato e dizer que é um trabalho extremamente importante.

Logicamente, todo o mundo conhece o sistema carcerário. Mesmo que não esteja dentro dele, sabe da situação difícil do sistema carcerário no Brasil.

Queria só pedir ao Deputado Sérgio Brito, nosso Relator, que, além da questão natural dos aprisionados, reserve um capítulo especial para os agentes de segurança prisional. Eles têm um papel muito importante, eles seguram muito as cadeias. E, na verdade, a Casa nem sempre dá o devido valor aos agentes penitenciários. Então, que possamos também, numa sub-relatoria, contemplar a questão dos agentes penitenciários, que fazem um trabalho muito importante, resolvem a situação praticamente na conversa e na unha. Só a partir do final do ano passado tiveram direito a porte de arma. Era uma coisa absurda. Eles iam de casa para o trabalho, do trabalho para casa, vivendo no meio da bandidagem, e não podiam ter porte de arma. O primeiro passo foi dado, o porte de arma foi conseguido, mas ainda falta a regulamentação, através de uma PEC que está nesta Casa, pronta para ser votada, a PEC 308.

Então, eu queria pedir a V.Exa., Deputado Sérgio Brito, que uma das sub-relatorias fosse voltada para os agentes penitenciários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Arnaldo. Tenha certeza de que nos debruçaremos sobre esse assunto.

Dando continuidade, com a palavra...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Presidente Alberto Fraga, desculpe-me interrompê-lo. Na folha que nós passamos, estão escritas à mão, bem embaixo, no último parágrafo, as sub-relatorias da outra CPI. Talvez sirvam como sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vou fazer a análise, com certeza.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, sucesso na gestão da nossa CPI!

Eu creio que nós temos uma contribuição grande a dar ao Brasil, porque realmente é uma área de grande complexidade, e existe realmente um processo caótico no Brasil todo.

Tenho uma sugestão a dar a V.Exa., com todo o respeito ao Regimento, e naturalmente com a conversa possível e necessária com o Presidente. Há um projeto relativo ao Fundo Penitenciário entre os 28 projetos que estavam na pauta ontem, se não me falha a memória. Certamente, há muitas leis, muitas normas e há muitos projetos relacionados. A minha sugestão, Sr. Presidente, é de uma Subcomissão para fazer a consolidação do que existe e buscar o aperfeiçoamento. Quem sabe a Comissão possa propor o aperfeiçoamento, digamos assim, da legislação pertinente?

E, como eu lembrei que há um projeto sobre o Fundo, que pode ser votado a qualquer momento, eu não sei, até pela importância, se nós não poderíamos pedir que a Comissão refletisse sobre isso, sobre uma sub-relatoria que, junto às Comissões Permanentes da Casa, pudesse ajudar nessa consolidação. Porque nós podemos aprovar um projeto relativo ao Fundo Penitenciário, digamos, uma mudança numa lei existente, num fundo existente, e depois perceber que seria possível fazer mudanças ainda maiores para o aperfeiçoamento da norma.

Vou concluir, Sr. Presidente. Que aspectos, entre outros, seriam importantes? Um: modelos de arquitetura mesmo. Às vezes, a própria revista, a visita, onde a criança é recebida pelos pais e pelas mães que estão aprisionados... O modelo de arquitetura, como a área da saúde tem. Nenhum hospital passa sem o manual que o Ministério tem para a elaboração de projetos hospitalares. Já existe isso no sistema penitenciário, mas eu acho que nós tínhamos que, digamos assim, meter o nosso bedelho, falando no linguajar popular.

Outro: o próprio modelo de gestão. E V.Exa. tocou no aspecto. Eu mesmo, visitando as penitenciárias do meu Estado, por exemplo, às vezes vejo que algumas têm uma oficina de carpintaria, e há um preso, dois presos, e em outra penitenciária, abarrotada, há 700 pessoas, 800 pessoas. Quer dizer, é uma coisa inadmissível. Uma vassourinha produzida lá, para dar exemplo de que é possível ser fabricada,



gerar trabalho, renda. Isso ajuda até os familiares, que não têm culpa por terem alguém que cometeu algum deslize, algum crime.

Esse aspecto das revistas um Deputado debateu um dia desses. Eu acho que é um tema que merece nossa reflexão. O fato de ser esposa, amigo, parente de um preso ou de uma presa não impõe a essa pessoa nenhuma culpa. Não é? E há casos em que freiras, por exemplo, no trabalho pastoral, pegaram doenças sexualmente transmissíveis por conta do tipo de revista, o que é de certa forma aviltante. Acho que há tecnologias hoje que permitem rigor e que podem...

Outro tema: os aprisionamentos especiais. Há estrangeiros, por exemplo, há indígenas, há portadores de deficiências, há doentes crônicos. São várias situações que mereceriam talvez um estudo especial.

Muito obrigado e parabéns e sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Edmilson.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado Fausto Pinato.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Eu gostaria de parabenizar V.Exa. por esta eleição, os demais Vice-Presidentes e o Deputado Sérgio Brito, grande companheiro.

Quero fazer uma sugestão a V.Exa., vendo a competência desta Mesa, composta por pessoas que estão realmente comprometidas a trabalhar e a apurar o que precisa ser feito com o sistema penitenciário brasileiro: que sejam oficiadas às Assembleias Legislativas dos Estados, porque temos muitos colegas também que estão lutando por essas bandeiras, para que possam fazer um trabalho conjunto, com esta Casa, podendo oficializar inclusive a ONGs e, como o Deputado Arnaldo falou, ao Sindicato dos Agentes Penitenciários. E, se for o caso, inclusive nessas visitas de V.Exas. a essas Assembleias, montar um *site* ou um *e-mail*, alguma coisa, para denúncias anônimas, Sr. Presidente. Isso vai nos ajudar muito a ouvir todos os lados e a chegar à verdade real.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.



Antes de passar a palavra ao Deputado Carlos Zarattini, que é o próximo inscrito, eu queria agradecer pelas palavras ao Deputado Edmilson e dizer o seguinte: nós temos muita coisa para fazer. São pontos com que todos nós concordamos.

Eu tenho uma opinião pessoal, eu acho, particularmente, que o grande problema dos nossos presídios chama-se “gestão”. Enquanto não responsabilizarmos os gestores, a coisa não vai andar. Não me interessa... “Ah, mas não tenho condições”. Bom, não se justifica, num presídio, durante as revistas, encontrarem 200 celulares, arma de fogo. Gente, isso é incompetência, pura incompetência! É omissão ou corrupção de alguém que deixa entrar essas coisas.

Quanto às revistas, eu não vou nem entrar no mérito agora, porque é uma coisa absurda. As mulheres, principalmente, são as que mais sofrem, são as que mais sofrem, com o constrangimento etc. Eu não estou dizendo com isso que tem que se abrir a ponto de se permitir que entrem drogas e armas. As mulheres, muitas vezes obrigadas pelos seus companheiros, usam as partes íntimas para esconder determinados equipamentos. Isso é uma vergonha.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sr. Presidente, no caso das revistas íntimas, o Governador Alckmin tem uma experiência importante, se não me falha a memória...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com *scanners*. É o *scanner*, é o *scanner*.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bem, dando continuidade aos trabalhos, vamos ouvir o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, parabenizar V.Exa. pela eleição e de todos os colegas que estão agora na direção desta CPI, bem como o Deputado Sérgio Brito, nosso Relator, indicado agora para esta tarefa importantíssima de conduzir esta CPI.

Em primeiro lugar, como Deputado que deu início à coleta de assinaturas, eu queria dizer que me impressionou, nessa coleta de assinaturas, a sensibilidade dos Deputados desta Casa por esse tema. Nós colhemos assinaturas de todos os



partidos, de todos os Deputados e Deputadas que sentem necessidade de enfrentar essa discussão. Hoje, no Brasil, já estamos chegando a quase 700 mil presos. E nós temos visto que a reincidência é altíssima: cerca de 70% de reincidência.

Então, é necessário que nós façamos, no meu modo de ver, uma discussão que vá desde as questões de gestão, como V.Exa. disse, que estão no dia a dia das penitenciárias, dos presídios brasileiros, até mesmo da visão do sistema em si. Em quanto esse sistema, da forma como ele é concebido, atende às necessidades da sociedade brasileira? Nós precisamos verificar por que tem aumentado constantemente o número de presos, quando muitas vezes nós poderíamos ter penas alternativas ou outras soluções que até ajudassem a esvaziar os presídios, garantindo a penalização daqueles que cometeram crimes.

Nós não queremos aqui deixar ninguém sem pagar por aquilo que fez de errado, de criminoso, mas precisamos fazer uma separação que impeça que um criminoso que praticou um crime simples, que não usou da violência, esteja na mesma prisão em que estão aqueles que dirigem verdadeiras quadrilhas, que tomaram conta dos presídios brasileiros.

E aqui eu quero citar o caso exemplar do Estado de São Paulo, o Estado mais rico deste País, Estado em que, como todo mundo sabe, quem domina efetivamente os presídios não é o Governo do Estado de São Paulo, mas, sim, uma quadrilha chamada PCC.

Então, nós gostaríamos de fazer esse amplo debate aqui, Sr. Presidente. Quero dizer que estamos à disposição, vamos estar aqui para colaborar. E queremos, sob a sua direção, ao final deste debate, ter uma proposta de solução, para resolver o problema dos presídios e do sistema carcerário como um todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Carlos Zarattini. Tenho certeza de que nós vamos encontrar esse caminho.

Aí está uma das coisas que eu acho mais absurdas no nosso sistema prisional. É preciso haver classificação de comportamento. Qual é a dificuldade, para o gestor de uma cadeia pública, de um presídio, em separar um ladrão que furtou um pacote de biscoito, do assaltante de banco? Mas isso acontece. No nosso dia a



dia, acontece. E é daí que vêm os problemas. O cara entra ladrão de galinha e sai ladrão de banco, porque nem sequer lhe é dada uma oportunidade.

Nós acreditamos muito no resultado desta CPI.

Com a palavra o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Presidente Alberto Fraga, Deputados Sérgio Brito, Laudívio Carvalho, Rocha e Raquel Muniz, a nossa esperança, a nossa expectativa. Vamos colaborar de todas as formas para que tenhamos efetivamente condições de oferecer propostas a partir desta CPI.

Quero dizer que me interesse pelo tema já desde o ventre da minha mãe. Eu sou filho de agente penitenciário da Penitenciária de Presidente Venceslau, em cuja Penitenciária 2 estão o Marcola e as lideranças maiores do PCC.

Quero dizer que eu tenho uma expectativa e acredito demais nesta Comissão. Quero dizer que me decepcionei muito com a CPI anterior, em relação aos presídios, que acabou saindo de nada e chegando a lugar nenhum. Então, nós temos que ter foco realmente em relação à busca de evidências.

Sr. Presidente, vou anexar o pedido de CPI a que dei entrada na Assembleia Legislativa de São Paulo. Também precisava de um terço das assinaturas — 32 assinaturas — e consegui 38 assinaturas. Quando o então Governador Serra e sua equipe viram o conteúdo que eu anexava à CPI, mostrando os desvios criminosos de mais de 30 milhões de reais no sistema prisional, no Estado de São Paulo, mostrando inclusive a venda da transferência de presos, o quanto se paga na corrupção para o preso ir para outro lugar, para ser mudado de presídio e para ser resgatado 72 horas depois...

Quero dizer, Sr. Presidente, do caso ocorrido em 2012 de um marginal de nome Piauí que liderou a morte de policiais, no segundo semestre, na Zona Sul de São Paulo. Ele foi preso pela Polícia Federal em Santa Catarina e saiu pela porta da frente do presídio, numa “saidinha”. Nós denunciávamos naquele momento. O Tribunal de Justiça de São Paulo abriu procedimento contra o juiz, o Governo abriu contra o diretor do presídio e a própria Secretaria de Administração Penitenciária, e todo mundo passou a mão na cabeça de todo mundo. O Piauí saiu pela porta da frente do presídio, como muitos presos saem hoje. Extremamente perigosos. A Justiça se limitou a dizer, naquele momento, que ia apurar a gravidade do fato, mas é segredo



de justiça. Eu estou dizendo de caso concreto aqui para esta CPI, que envergonha o País.

Nós temos, sim, mandando no crime no Estado de São Paulo... Quem gere o sistema prisional não é o Governador, que em tese é o comandante em chefe das polícias e o responsável pelo sistema prisional. Quem dá o ritmo nos presídios hoje é o Dr. Marcola, no Estado de São Paulo — e expandindo isso para o Brasil todo! Foi o Marcola quem disse, dentro dos presídios: *“Não mata na boca, não mata no tráfico, que leva a polícia para lá. Quem fizer isso também vai ser justificado”*. E aí diminuiu assustadoramente o número de homicídios. Pararam de matar o pobre preto na periferia: não foi porque o Governo quis, não; foi o Marcola que mandou. Isso é vergonhoso. Então, senhores, nós temos um grande desafio.

Eu não conheço os demais sistemas prisionais. Em 2001, houve uma megarrebelião no Estado de São Paulo, e as notícias do dia seguinte falavam: *“Vamos instalar bloqueadores nos celulares”*. Em 2006, nós tivemos uma megarrebelião, com 43 agentes penitenciários, policiais, sendo mortos nas ruas de São Paulo, e as matérias do dia seguinte falavam: *“Vamos instalar equipamentos bloqueadores”*. Com o seu celular V.Exa. pode não falar aqui dentro da Câmara, mas fala dentro de um presídio com absoluta tranquilidade. Em qualquer presídio a que se vai hoje se veem aquelas gambiarras com fio o tempo todo, com tudo quanto é desgraça eletrônica no mundo.

Então, esta CPI tem uma grande missão, sem ser político-partidária. Tem uma missão, sim: a de tentar dar luz. A outra CPI não deu luz coisa nenhuma. Deu luz a quem participava da CPI momentaneamente, mas não mudou absolutamente em nada o sistema prisional. Aliás, a outra CPI deu um atestado de boa gestão para São Paulo. Era tão ruim o sistema na maioria dos Estados, Deputado Arnaldo, que ainda no Estado de São Paulo ficamos batendo no peito E dizendo: *“Está vendo? A CPI disse que nós estamos entre os melhores”*. Então, é realmente uma grande vergonha. Eu vou participar disso, vou auxiliar no que eu puder, anexar a documentação.

O Deputado Arnaldo lembrou uma questão fundamental. Pelo amor de Deus, vamos ouvir pelo menos os funcionários que trabalham no sistema — a vergonha que é isso hoje. Um presídio com mil presos, que deveria ter 35 guardas num



plantão, tem 12. Tem que ser na moral! Lá na Penitenciária 2, em Presidente Venceslau, os amigos do meu pai são meus amigos agora. Bandido perigoso passa perto deles e fala: *“O senhor ainda mora na rua tal?”* Ele só está dando um recado, Deputado Arnaldo, ele só está dando um recado: *“Não se meta comigo. Cuidado com a revista que você vai fazer, porque eu vou atrás de você”*.

Só no sistema prisional do Estado de São Paulo, este ano, em 2015, já são cinco os agentes penitenciários e agentes de escolta executados. Um diretor de presídio na Praia Grande tomou 20 tiros de fuzil. Estava difícil contar os buracos no corpo dele, porque foram tiros de fuzil 556 e esfacelaram os pedaços do corpo. Isso é agora, gente. Não é filme americano, não.

Então, no que puder colaborar nisso... E eu tenho a certeza de que, com a firmeza que o Deputado Alberto Fraga vai impor a esta CPI, nós vamos modificar, sim, esse sistema, porque é uma barbaridade.

Vou pegar esse gancho e sugerir, dentro dessas subcomissões, a avaliação de sistemas. Hoje, uma vaga no sistema prisional está custando quase o mesmo preço do Programa Minha Casa, Minha Vida. Fica quase 90 mil reais uma vaga no sistema prisional. Um presídio para mil presos custa 90 milhões de reais. Nós temos que buscar, sim, alternativa para isso e temos que buscar com seriedade, com propostas.

Parabéns a todos! E vamos estar na luta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Major Olimpio. Esperamos muito do seu conhecimento. Eu tenho certeza absoluta de que nós vamos chegar a um resultado positivo.

Agora vou dar a palavra à nossa Deputada Raquel Muniz e, em seguida, a V.Exa.

Não podia faltar na Mesa desta Comissão uma mulher. Isso é muito importante para que também nos atentemos para o problema gravíssimo que é o sistema prisional feminino. Nós vamos contar também com a nossa Deputada Raquel.

Deputada Raquel, tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Bom a todas e a todos.



É uma alegria estar participando desta Comissão, ter sido escolhida como 3ª Vice-Presidente desta importante Comissão.

Quero parabenizar o nosso Presidente, Deputado Alberto Fraga, o nosso Relator, Deputado Sérgio Brito, o 2º Vice-Presidente, Deputado Rocha, e todos os Parlamentares aqui presentes e dizer que estou ao lado de homens corajosos. Com certeza, esta CPI, deste mandato, vai dar resultados, não só pela minha presença aqui, mas também pelo que estou ouvindo aqui nesta manhã, por esta vontade de efetivamente atuarmos nesse setor que pode parar o Brasil. Os presídios são tão organizados que determinadas ações que acontecem em um se multiplicam pelo País inteiro. É uma realidade que todos nós conhecemos, de que todos já falaram aqui também, na adesão de todos os Parlamentares na constituição desta CPI.

A minha presença aqui, com certeza, é também para humanizar esses espaços: participar desta Comissão, dessas visitas, onde vamos poder ouvir as pessoas que trabalham, onde vamos poder tratar diretamente com aquelas pessoas que estão lá. É responsabilidade nossa, sim, cuidar da vida das pessoas. Mas, efetivamente, nós não estamos fazendo isso. Há um fracasso no sistema. É preciso tomar coragem e fazer mudanças. E esta CPI tem que apontar essas mudanças.

No último mês aprovamos, no plenário, muitas coisas relacionadas aos presos. E eu percebo que nós estamos contribuindo para que as medidas sejam enérgicas, para que eles efetivamente cumpram as suas penas. Mas onde vamos colocar tantas pessoas? Os presídios estão abarrotados. É necessário mudar isso. É necessário também fazer uma boa gestão desses presídios. É preciso ter coragem para abrir espaço para privatizar, sim, os presídios do nosso País.

Eu quero dizer a V.Exas. da minha experiência com relação a este tema tão importante. Eu faço parte da Pastoral Carcerária do meu Município, Montes Claros, onde nós temos um espaço com mais de mil presos. E está proibido pela Justiça de receber mais presos. E nós estamos aqui aprovando leis para diminuir a maioria penal — mais e mais pessoas vão chegar a ser presas. E onde vamos colocar essas pessoas?

Mas é preciso também fazer uma reflexão sobre onde devemos atuar. Educação e vida digna para as famílias brasileiras, elas sim, vão contribuir para que as pessoas não cometam tantos delitos. E eu tenho certeza de que esta Comissão



saberá apontar, verdadeiramente, o diagnóstico e o tratamento para isso. E, mais do que isso, é a prevenção, é a vacina que vai fazer com que as pessoas brasileiras deixem de cometer tantos crimes, como temos visto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputada Raquel.

Com a palavra o Deputado Silas Freire. Depois, o Deputado Rocha, o Deputado Subtenente Gonzaga e o Deputado Roberto Alves.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, parabenizá-los pela eleição, desejar-lhes boa sorte, dizer que também estarei aqui para contribuir com esta Comissão e já fazer uma denúncia.

No meu Estado, o Piauí, na Penitenciária Agrícola Major Cesar Oliveira, onde se aplica o sistema semiaberto, a Polícia Civil do meu Estado acabou de descobrir, nesta última semana, que não conseguia prender assaltantes à mão armada e aqueles que praticavam pequenos crimes e sequestros-relâmpagos porque eles iam dormir dentro da penitenciária. Eles saem durante o dia, para praticar assaltos, e aí eles têm convivência com alguém, porque chegam, inclusive, em horários fora das normas. E esta CPI vai ter que apurar isso. É um pedido nosso, de antemão.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que eu tenho um requerimento na Comissão de Segurança Pública. Porque pensarmos em ressocialização sem envolvermos família é impossível. Ressocialização, ensinando presa a fazer bola, ensinando preso a consertar mesa, sem trabalhar a família deles, nós vamos enxugar gelo a vida inteira. Pode ter certeza disso. O cidadão fica no sistema penitenciário. Ele pode até aprender uma profissão. Muitas vezes, com o advento das religiões nos presídios brasileiros, eles saem até praticando uma religião. Mas quando o preso sai e não encontra a sua base, a família — a família ou herdou o crime ou se espalhou no mundo — ele reincide, volta ao crime. Sem a família, meu amigo, não existe ressocialização.

Façamos um levantamento, Sr. Presidente, e eu me proponho a fazer isso: detentos por crimes menores, com capacidade de recuperação, se a família desses cidadãos estão no Bolsa Família. Muitas vezes nem na escola estão, porque não há uma atenção, não há um trabalho de ressocialização.



Eu tenho proposto isso ao Governo do meu Estado, uma direção do elo social, para que façamos um projeto piloto, inicialmente apenas com centenas de detentos, trabalhando a família, para ver que quando esse cidadão...

Nós falamos tanto em penas alternativas. Essas pessoas serão devolvidas ao seio da sociedade. O que é o seio da sociedade? É a família. Se ela não estiver embasada, não adianta; eles vão bater lá e vão voltar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Silas.

Antes que os Deputados saiam — está esvaziando —, eu queria já deixar marcada a nossa próxima reunião para terça-feira, às 10 horas. Eu peço aos Parlamentares que já pensem nas ideias, nos requerimentos. Antes disso, eu quero me reunir com a Mesa e com o Relator para discutirmos os rumos que vamos tomar, mas, evidentemente, a partir dos próximos requerimentos é que teremos uma noção do que fazer.

Com a palavra o Deputado Rocha, depois o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO MAJOR ROCHA - Sr. Presidente, Deputado Alberto Fraga, eu queria aqui agradecer a V.Exa. pela confiança; agradecer aos colegas que confiaram essa missão a este grupo e dizer que segurança pública é um tema complexo, é um tema que envolve diversas áreas do conhecimento.

Esta CPI tem, acredito, uma missão fundamental no elo da segurança, Deputado Subtenente Gonzaga, que é trabalhar justamente o sistema carcerário, apontar soluções. Mas, para que isso se efetive, certamente, esta CPI tem que ter coragem e os membros dela, todos os membros, de ir além do discurso.

Eu tenho uma experiência de mais de 25 anos dentro da Polícia Militar e conheço os presídios de vários Estados. Trago, também, a experiência do meu Estado.

O Acre é o Estado que, proporcionalmente, tem a maior população carcerária do Brasil. E no meu Estado — aquilo que o Ministro da Justiça falou, que o sistema prisional brasileiro é medieval e que preferia morrer a ser um interno do sistema —, o Acre, isso não deixa de ser verdade. Assim como o Deputado Major Olimpio tentou



uma CPI em São Paulo, eu tentei no Acre, mas, infelizmente, o Governador Tião Viana e a sua base enterraram essa CPI.

Transformou-se o presídio, Deputado Fraga, em uma máquina de fazer dinheiro. No Acre, a alimentação dos presos é feita de forma a gerar lucro para quem administra o sistema. O marmitex que o preso recebe custa mais caro do que custa em uma empresa do lado de fora do sistema, e quem faz a alimentação é o preso, que não recebe salário; quem paga a conta de luz é o Estado; quem paga a conta de água é o Estado. Isso foi denunciado, mas, infelizmente, não se chegou a lugar nenhum. Eu acredito que nós vamos ter que tocar nesses pontos.

Acho que há uma expectativa muito grande sobre esta CPI de resolver um problema que para muitos não tem solução, que é a reincidência. Mas eu acredito que o que está faltando — eu vou encerrar fazendo minhas as palavras do nosso Presidente, Deputado Fraga — é competência; o que está faltando é gestão. Eu acho que nós podemos apontar, se não a solução do problema, com certeza, as condições para melhorar, e muito, o sistema carcerário brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Rocha. Vamos aproveitar muito o seu conhecimento na área também.

Com a palavra o penúltimo inscrito, Deputado Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de manifestar a minha imensa satisfação. Sinto-me muito bem representado pela Presidência, pela Relatoria. Temos dois mineiros, o Laudívio Carvalho e a Raquel Muniz, dois companheiros de profissão. Então, eu me sinto extremamente bem representado enquanto segmento e enquanto Estado. A qualidade e experiência também do nosso Relator nos deixam extremamente tranquilos na expectativa de que nós vamos, de fato, entregar um bom resultado desta CPI.

Minas Gerais, nos últimos anos, não experimentou nenhuma grande rebelião. Nós temos há um bom tempo uma certa calma do ponto de vista de grandes rebeliões, não é, Laudívio? Mas nem por isso inexistem problemas.

Em Minas nós temos uma experiência, resultante de uma CPI carcerária da Assembleia Legislativa, que aconteceu em 1997, que foi uma lei estadual que



determinou a criação do sistema prisional autônomo. Foi uma dificuldade imensa fazermos essa transição. Ela está se encerrando, na prática, agora, porque estão acabando as últimas delegacias com presos. Foi uma luta ferrenha nossa enquanto entidade de classe dos policiais civis, o SINDPOL em especial, acabando com a figura do carcereiro, transferindo, de fato, todo o sistema prisional para uma subsecretaria.

Ampliaram-se vagas, ampliou-se o número de funcionários, mas nem por isso nós estamos sem problemas lá. A superlotação continua. Nós temos um problema sério de profissionais, de agentes penitenciários com contratos precários, sem concurso público. Dos 8 mil agentes penitenciários — e a Deputada Raquel conhece muito bem — só agora nós chegamos a 6 mil e poucos, 7 mil concursados; os demais são com contratos temporários. Isso, obviamente, cria uma instabilidade muito grande.

É óbvio que o sistema, do jeito que está, em função do instinto de sobrevivência dos agentes, leva a uma certa conivência com os presos, uma certa negociação, independentemente de corrupção ou não. É o instinto de sobrevivência.

Então, de fato, nós, que viemos a esta Câmara trazendo como responsabilidade das nossas bases a busca de uma segurança pública mais efetiva, mais eficaz, e viemos defender, sim, o aumento de pena, a mudança na Lei de Execução Penal, para aumentar o tempo de cumprimento de pena de prisão; viemos propor aumento de pena em vários casos, nós também temos a clareza de que o sistema prisional precisa de uma grande reformulação.

Eu concordo com V.Exa. quando fala na gestão. Mas a gente volta à questão central e eu espero que a CPI também ajude a apontar uma solução para a questão do financiamento.

Hoje, todos nós sabemos que discutir segurança pública sem discutir o financiamento da segurança pública é quase chover no molhado, porque, diferentemente da saúde e da educação, cuja responsabilidade pode ser dividida com a iniciativa privada — você pode ter escola particular, pode ter hospital particular, enfim —, você não pode ter segurança pública particular. É o único dos três direitos básicos do cidadão que não tem uma previsão constitucional de obrigação do Estado, na União, dos Municípios. Isso leva a um financiamento



distorcido na segurança pública como um todo, tendo um grande financiamento a partir de pessoas jurídicas, de contratos com pessoas físicas, com associações de bairros comprando viaturas, com prefeituras comprando papel higiênico. Isso é insustentável.

Então, eu já sugiro, como método de trabalho, que a gente pense numa orientação, num eixo nessa direção do financiamento, porque discutir o modelo sem discutir, de fato, recursos para sustentar esse modelo não nos faz chegar a lugar nenhum.

Então, quero falar da nossa esperança. Queremos contribuir, trazer a nossa experiência de Minas Gerais, os nossos problemas de Minas Gerais.

O PCC, que é de São Paulo, hoje é uma rede que domina o Brasil todo. Nós temos integrantes do PCC em Minas Geras, temos integrantes em todo lado. Então, realmente, nós não temos dúvida de que um dos grandes alvos da nossa atuação, da nossa preocupação deverá ser o método de articulação e as condições de articulação que hoje o PCC representa, que é uma das maiores ameaças, eu diria, até à democracia que nós temos no Brasil.

Deixo aqui as nossas considerações iniciais. Queremos participar, com bastante efetividade, desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Subtenente Gonzaga.

Antes de passar a palavra ao Deputado Roberto, peço a atenção dos Srs. Deputados para alguns esclarecimentos sobre a CPI.

Informo aos Parlamentares que a próxima reunião será destinada à apresentação, pelo Relator, do seu roteiro de trabalhos. Eu lembro que os requerimentos poderão ser apresentados a partir do encerramento desta reunião na Secretaria da CPI, no Anexo II, primeiro pavimento, sala 165-B.

Os requerimentos que compuserem a pauta deverão ser apresentados até o dia anterior à reunião para fins de publicação na Ordem do Dia das Comissões.

Os Srs. Deputados que desejarem apresentar nomes para oitivas ou inquirições ou tomar depoimentos de autoridades em audiência pública devem apresentar requerimentos por escrito, determinando a condição em que o depoente comparecerá à reunião, lembrando que autoridades e outros palestrantes poderão



ser convocados ou convidados e que testemunhas e investigados serão intimados, na forma da lei.

No tocante aos requerimentos de diligências ou que solicitem quebra de sigilo, além de outras medidas previstas na lei, deverão ser encaminhados com a respectiva fundamentação, justificando a necessidade da medida.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, sobre isso que V.Exa. está falando, há necessidade de gestões junto ao Presidente da Casa, porque há uma proibição de ouvir presos. Esta CPI terá que ouvir presos. Quer dizer, não pode continuar essa objeção, que foi decorrente de uma outra CPI, a do Crime Organizado. Fernandinho Beira Mar esteve nesta Casa e, a partir daí, houve essa restrição.

Então, nós temos que ponderar junto ao Presidente da Casa que esta Comissão tem que ter uma exceção. Do contrário, estaremos prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Excelente contribuição, Deputado Arnaldo. Eu já tinha me preocupado com isso. Todo mundo sabe que ele abriu uma exceção na CPI da PETROBRAS e revogou, parece, mas, provisoriamente. Foi muito bem lembrado e vai ser um dos assuntos principais com o nosso Presidente Eduardo Cunha.

Com a palavra o Deputado Roberto Alves.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ALVES - Primeiramente, Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa, assim como toda Mesa, porque eu acredito nesta CPI.

Muita coisa tem que ser mudada. Nós sabemos que, hoje, o sistema carcerário é fraco, falido, e quando V.Exa. toca que tem que começar lá por cima, nos gestores, eu estou de pleno acordo com V.Exa.

Eu moro em uma cidade, Sr. Presidente, com mais de 1 milhão e 200 mil habitantes, que é Campinas. E lá nós temos visto, eu, pessoalmente, tenho visto... São vários detentos que fazem o trabalho na cidade. Eles limpam praças, eles pintam as guias, mas, também, muito deles, Sr. Presidente, carregam isso aqui. Muitos deles andam com isso aqui no bolso. Eles são detentos. Eles estão trabalhando e, à tarde, voltam para o presídio, mas carregam também um celular.

Então, é muito importante que venha ser visto, e como V.Exa. já falou, como o meu amigo Arnaldo já tem falado, tem que começar lá na gestão, tem que começar



por cima. É isso. E eu tenho a certeza de que esta CPI vai trazer bons resultados para o nosso País.

Mais uma vez, parabéns a V.Exa. e conte com este Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Roberto.

Quero agradecer, mais uma vez, a confiança de todos que em mim foi depositada. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, com o porte desta Comissão, nós vamos dar um resultado satisfatório à sociedade.

Antes de encerrar, eu quero passar a palavra ao nosso Relator, Deputado Sérgio Brito, do PSD da Bahia.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Sr. Presidente, muito obrigado pela confiança ao indicar o meu nome para ser Relator desta importante CPI. Eu quero agradecer, também, as palavras ao meu amigo, Deputado Arnaldo Faria de Sá, meu companheiro de longas datas, desde a Assembleia Nacional Constituinte. S.Exa. é um Deputado brilhante, trabalhador, sério, competente.

Muito obrigado, Deputado Arnaldo, pelas suas palavras.

Sr. Presidente, nós sabemos que o sistema carcerário brasileiro está falido. Disso não há dúvida. Temos inúmeros problemas, mas entro com a energia, do lado de V.Exa., para que possamos fazer um trabalho competente, um trabalho sério, um trabalho de excelência, dar uma posição definitiva à sociedade brasileira e mostrar o caminho de se resolver esses problemas. Nós temos aqui Deputados que foram delegados, que são delegados, que são advogados também, e que têm experiência na área do sistema carcerário brasileiro.

Eu estou honrado com essa indicação de V.Exa. Vamos fazer, sim, um trabalho brilhante para dar uma posição e uma resposta à sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Sérgio.

Bem, Srs. Deputados, na próxima terça-feira, contaremos com a presença de todos para dar início aos nossos trabalhos com a apresentação, pelo Relator, do esqueleto do que nós vamos seguir, do caminho que nós vamos trilhar. Isso é muito



importante. Nós temos o trabalho das mulheres, e eu tenho certeza de que nós vamos dar conta do recado.

Está encerrada esta sessão.